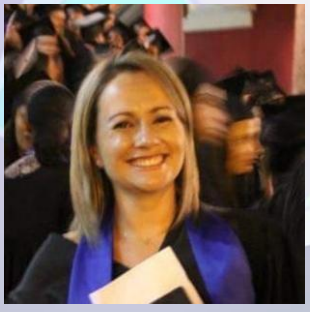

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE POLITICAL-EDUCATIONAL PROJECT AND INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

GIOVANA BARBOSA ALMEIDA SARTORELLI
Graduação em Pedagogia pela Faculdade Uniitalo (2012); Professora de Ensino Infantil – na EMEI Maria Eugenia Fakhoury.

RESUMO

Este artigo discute a importância de perceber as crianças da Educação Especial, matriculadas na Educação Infantil como sujeitos ativos, com amplo potencial, que interpretam o mundo de forma singular, desenvolvendo-se ao interagir com o mundo e tudo que há nele, desde que tenham garantido o protagonismo e a escuta ativa. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico surge como uma das ferramentas educacionais que deve ter sua construção coletiva, refletindo as crenças, saberes e anseios de toda a comunidade escolar. O presente estudo é de natureza qualitativa e tem o seguinte questionamento: Como (re) elaborar o Projeto Político Pedagógico dos territórios da Educação Infantil de modo que esse documento seja inclusivo? Apresenta como objetivos geral e específico, respectivamente: avaliar a viabilidade de implementação do Projeto Político Pedagógico com um viés democrático e orientado por uma concepção inclusiva e compreender a concepção da educação inclusiva que está institucionalizada nas bibliografias utilizadas neste estudo e nas legislações vigentes. Conclui-se que o Projeto Político Pedagógico não deve apenas mencionar a Educação Especial, mas incorporar propostas e práticas teóricas que apoiem plenamente o desenvolvimento de todos, removendo as barreiras e garantindo o acesso e a permanência com qualidade nas creches e pré-escolas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Projeto Político Pedagógico; Educação Especial.

ABSTRACT

This article discusses the importance of perceiving children with special educational needs, enrolled in early childhood education, as active subjects with broad potential, who interpret the world in a unique way, developing through interaction with the world and everything in it, provided they are guaranteed protagonism and active listening. To this end, the Political Pedagogical Project emerges as one of the educational tools that must be collectively constructed, reflecting the beliefs, knowledge, and aspirations of the entire school community. This study is qualitative in nature and poses the following question: How to (re)elaborate the Political Pedagogical Project of early childhood education territories so that this document is inclusive? Its general and specific objectives are, respectively: to evaluate the feasibility of implementing the Political Pedagogical Project with a democratic bias and guided by an inclusive conception, and to understand the conception of inclusive education that is institutionalized in the bibliographies used in this study and in current legislation. It is concluded that the Political Pedagogical Project should not only mention Special Education, but also incorporate proposals and theoretical practices that fully support the development of all, removing barriers and guaranteeing access and quality permanence in daycare centers and preschools.

Keywords: Inclusive Education; Early Childhood Education; Political Pedagogical Project; Special Education.

INTRODUÇÃO

As crianças com até cinco anos, público da Educação Especial, matriculadas nas escolas comuns que atendem a primeira infância, devem ser consideradas por esses territórios como sujeitos com muitas potencialidades, que agem no meio em que vivem e convivem, elaborando e reestruturando a cultura, aprendendo e construindo múltiplo saberes.

Isso porque os meninos e meninas matriculados na Educação Infantil interpretam o mundo em que se encontram, tendo como base o cuidar e o educar para que se desenvolvam de modo integral. Essa afirmação é válida para todos os pequenos, independentemente das suas especificidades e condições físicas, neurológicas e biopsicossociais, tais como aquelas pertencentes ao Público da Educação Especial que apresentam “[...] deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação [...]” (Brasil, 2008, p. 15).

Essas crianças devem experienciar propostas pedagógicas que tenham como eixos norteadores as brincadeiras e as interações (Brasil, 2010), então os ambientes das escolas infantis devem garantir a escuta ativa, a investigação, produção, interação e exploração, respeitando o direito que todas possuem de serem protagonistas de suas trajetórias educacionais.

Nesse contexto, entende-se que esses sujeitos com tenra idade não são constituídos apenas por características biológicas, mas junto a isso há o aspecto histórico, formado em um determinado tempo, espaço e cultura, construída em uma sociedade que possui seus saberes, valores e identidade.

Conforme o censo escolar do ano de 2023 publicado em 2024, havia 9.461.155 vagas destinadas às crianças matriculadas nas escolas infantis, 4,1 milhões dessas matrículas encontram-se com a faixa etária daqueles que possuem até três anos e 5,3 milhões são daqueles que têm entre quatro e cinco anos e desse quantitativo, 284.847 pertencem ao Público da Educação Especial que frequenta a Educação Infantil (Inep, 2024).

Ainda na esteira da análise desses dados, percebe-se que essa realidade marca e impacta o ensino regular brasileiro, provocando reflexões quanto a perspectiva inclusiva voltada para a primeira infância, visto que essa concepção marca um comprometimento de toda a comunidade escolar por uma educação para todos, desde os primeiros anos de vida.

Diante dessa perspectiva, faz-se necessário observar os diferentes instrumentos capazes de promover a inclusão infantil de modo que eles atendam as particularidades dos meninos e meninas com até os cinco anos, institucionalizando neles suas múltiplas vozes. Tendo a ciência de que há diversas ferramentas capazes de garantir um fazer pedagógico inclusivo, para este artigo optou-se pelo estudo do Projeto Político Pedagógico pela compreensão de que ele assegura o respeito e a valorização das diferenças, de tal modo que se possa identificar e eliminas as barreiras que impeçam o acesso e permanência das crianças pertencentes ao Público da Educação Especial.

Justifica-se tal escolha porque o Projeto Político Pedagógico em

> [...] Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo [...] (Veiga, 2013, p. 9).

Isso indica que a construção ou a reelaboração desse documento normativo para estar disponível ao Público da Educação Especial infantil, necessita da contribuição de todos os partícipes dos espaços educacionais onde estão matriculados, estabelecendo relações, e debates dialógicos.

O Projeto Político Pedagógico deve conter os recursos, materiais para a formação e informação, a fim de que se possa acolher as ideias, anseios, necessidades e auxílios que toda a comunidade e as próprias crianças oferecem para deixar esse instrumento deliberativo com aspecto inclusivo.

Acredita-se que ao considerar todas as perspectivas dos diversos segmentos que compõem a escola da Educação Infantil, os trabalhos pedagógicos destinados aos que têm condições neurológicas diferenciadas, deficiência, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades e/ou superdotação, serão subsidiados pelas especificidades que permeiam esse grupo educacional.

Considerando as proposições até o momento expostas e da ciência de que as creches e pré-escolas devem assegurar uma educação inclusiva, a partir da escolha do Projeto Político Pedagógico, a fim de que se tenha igualdade e equidade para a primeira infância, surge o seguinte questionamento: Como (re) elaborar o Projeto Político Pedagógico dos territórios da Educação Infantil de modo que esse documento seja inclusivo?

Tal questão é pensada na Educação Especial sendo parte do ensino regular, convocado pela atualidade a se comprometer com o reconhecimento das diferenças de cada sujeito, sendo ela responsável pelo "[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (Saviani, 2008, p. 7).

O objetivo geral deste artigo é: avaliar a viabilidade de implementação do Projeto Político Pedagógico com um viés democrático e orientado por uma concepção inclusiva. Quanto ao específico, se deseja compreender a concepção da educação inclusiva que está institucionalizada nas bibliografias utilizadas neste estudo e nas legislações vigentes.

Tendo em vista responder o problema anteriormente citado e os objetivos traçados, optou-se por um percurso metodológico, baseado em um levantamento bibliográfico com textos científicos e aqueles dos acervos das legislações que tratam das temáticas relacionadas ao Projeto Político Pedagógico, Público da Educação Especial e Educação Infantil.

Esta pesquisa possui a intenção de ser relevante para o campo acadêmico, educacional e social pelo fato de partir das inquietações que estão nos ambientes escolares e são partes de todos que atuam nesses espaços, buscando compreender as práticas excludentes presentes nas creches e pré-escolas, assim como formas de superá-las.

Identifica-se este estudo como sendo de natureza qualitativa, pois se pode utilizar esta "[...] teoria em seus estudos de várias formas [...]", fornecendo ao pesquisador "[...] uma explicação para comportamentos e atitudes e pode ser completada com variáveis, construções e hipóteses [...]" (Creswell, 2007, p. 29).

Diante desta pesquisa, espera-se que ela forneça à comunidade escolar outras bases para a reformulação de novas propostas que promovam uma educação inclusiva, equânime, emancipatória e igualitária para as crianças Público da Educação Especial, que frequentam a Educação Infantil, desenvolvendo-se e construindo seus conhecimentos acerca do mundo em que se encontram.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica, fazendo parte do que se conhece como ensino escolar, sendo imbuída por um direito subjetivo (Brasil, 1988; 1996), "[...] um bem público e um valor comum a ser compartilhado por todos. Ela possibilita constituir uma vida comum nos territórios [...]" (São Paulo, 2019, p. 20), considerando todas as crianças que frequentam esses espaços, não invalidando seus modos de perceber e estar no mundo.

Seguindo por essa lógica, a educação para a primeira infância valoriza as diferentes formas como o ser humano se compõe, promovendo uma educação que não exclui, que acolhe e que respeita as individualidades. São nas unidades de Educação Infantil, que ocorrem à convivência com a heterogeneidade dos sujeitos de forma ativa e intencional, promovendo o respeito mútuo e a valorização dos que se diferem do outro.

Logo, ao desenvolver uma ação educacional voltada para a validação identitária de cada criança, proporciona o que se conhece por inclusão, a qual pode ser expressa como:

> O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Brasil, 1994, p. 17-18).

Seguindo pela esteira do que se anuncia o trecho anterior, o Público da Educação Especial entrou para o cenário do ensino regular a ser atendido educacionalmente nas escolas comuns, sendo-lhes asseguradas suas matrículas e todas as condições necessárias para que não somente acessem, mas permaneçam nessas localidades aprendendo e construindo saberes com qualidade e equidade.

Esse reconhecimento se deu por meio, entre outras questões, de movimentos sociais que reivindicavam a "[...] promoção da equidade, valorizando a diversidade e viabilizando a inclusão social [...]" (Padilha; Silva, 2020, p. 109). Dessa forma, as crianças pertencentes ao Público da Educação Especial adentraram em grande quantidade na Educação Infantil, fazendo as unidades de ensino repensarem seus aportes teóricos, suas ações, projetos e modos de oferta das propostas pedagógicas.

Tais proposições colocam esses sujeitos diante de seus direitos quanto ao respeito às diferenças acreditando que cada menino e menina

> "[...] não nasce já com as características que definem o ser humano. Para que ela se constitua como homem, exige-se a intervenção dos seres humanos já constituídos como homens, especificamente dos adultos" (Saviani, 2020, p. 1).

Compreendendo essa questão, as crianças com as condições peculiares em relação às características biopsicossociais, neurológicas e físicas são capazes, potentes e competentes, não sendo impressas pelo viés do capacitismo. E ao adentrarem na Educação Infantil vão realizando interações e convivendo com seus pares o que "[...] possibilita constituir uma vida comum nos territórios, cenário constantemente renovado, onde as atividades são criadas a partir da herança cultural do povo que nele vive [...]" (São Paulo, 2019, p. 64).

A vista disso, o Público infantil da Educação Especial tem suas aprendizagens atreladas a sua constituição integral e as suas convivências cotidianas nos espaços diversos que ele se encontra, entre esses estão as creches e pré-escolas, lugares que auxiliam na compreensão do mundo no qual o sujeito está inserido.

Assim, a Educação Infantil age a favor da autonomia dessas crianças de modo que elas superem as ideias de que se não ultrapassam as barreiras dos ambientes e do currículo, não podem elaborar seus saberes. Por isso, essa etapa considera suas especificidades, articulando-as com seus interesses e conhecimentos, base do desenvolvimento humano.

Relacionando a temática das aprendizagens educacionais propostas para a primeira infância, constituída pelas especificidades corporais, cognitivas, sociais e emocionais, o fazer pedagógico é desenvolvido proporcionando o contato e a reelaboração da cultura. Essas construções perpassam pelo ato das mediações entre os instrumentos sociais e o entendimento do como seu entorno se compõe, transformando a si e concomitantemente o outro com quem interage (Martins, 2016).

Seguindo essas reflexões, percebe-se que é preciso haver uma seleção de instrumentos que fundamentem as trajetórias educacionais infantis, de modo que a Educação Infantil realize ações comprometidas com a emancipação e formação cidadã de cada criança com até os cinco anos, sendo essa escolha não aleatória, inclinada para a identidade, à disposição do Público da Educação Especial matriculado nessa etapa.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO UM DOCUMENTO EMANCIPADOR

A escola de Educação Infantil engloba a multiplicidade presente na sociedade, essa instituição conta com a heterogeneidade humana adentrando seus portões devendo ser validada nos diferentes instrumentos normativos que são parte das creches e pré-escolas.

Sabendo que há diversos documentos deliberativos e ao escolher o Projeto Político Pedagógico, sabe-se que não há um único tipo de sujeito que entra nesses territórios, sendo que alguns deles necessitam da retirada de barreiras para efetivar a aprendizagem para as crianças com até os cinco anos.

Esse documento, entre as diferentes concepções existentes nos acervos bibliográficos, pode ser definido como:

> [...] um instrumento da gestão escolar que pressupõe e exige uma direção política, isto é, uma ação intencionada com um sentido definido explícito, tendo presente a finalidade da educação frente às necessidades históricas. Propõe que haja rupturas com as questões presentes, portanto, traz promessas para o futuro (Lima, 2017, p. 82-83).

Levando em conta a função social das unidades educacionais, esse instrumento precisa ser dotado pela ideia da emancipação, criticidade e humanização ao disponibilizar os conhecimentos

científicos e historicamente elaborados, sendo sua formulação e apresentação obrigatória (Brasil, 1996), representando a identidade e as experiências vividas.

Consequentemente, esse documento não pode ser apenas formal, precisa ser um guia vivo que acolhe esses sujeitos, suas experiências e formação cidadã, entrelaçando todas as práticas e conhecimentos, qualificando os símbolos culturais, as trocas sociais e os potenciais infantis.

Na unidade de Educação Infantil, o Projeto Político Pedagógico, juntamente com outros elementos, pode incluir ou excluir os pertencentes à Educação Especial a depender do apoio e planejamento que se encontra impresso a esse grupo nesse documento.

Portanto, se nele não constar orientações inclusivas, corre-se o risco de que não haja

> "[...] condições para que as "muitas vozes" sociais manifestem e apresentem suas explicações para os problemas concretos que afligem as pessoas com deficiência e as demais minorias sociais" (Padilha; Silva, 2020, p. 121).

Com essas concepções o Projeto Político Pedagógico alia-se ao Público da Educação Especial evidenciando que ambos se relacionam com o "[...] desenvolvimento das capacidades humanas complexas, das operações lógicas do raciocínio, dos sentimentos éticos, estéticos, da autonomia da conduta" (Martins, 2016, p. 135).

Assim, são nas creches e pré-escolas por meio de suas ações e documentos deliberativos que acontece o diálogo "[...] com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos" (Brasil, 2017).

Percebe-se que a escola regular, juntamente com seu Projeto Político Pedagógico, estabelece as aprendizagens conforme as necessidades, indicando propostas que possibilitam o acesso curricular, não silenciando, mas validando cada sujeito Público da Educação Especial.

É por meio dessas discussões que inferem-se reflexões nas unidades escolares acerca da importância de se ter um Projeto Político Pedagógico construído a partir de um olhar potente e competente para as crianças constituídas pelas diferenças humanas, valorizando a todos atendidos nas escolas comuns.

Evidentemente a concepção inclusiva ao permear a Educação Infantil não deve ser uma imposição, mas posta como uma cultura escolar, respeitando a identidade e as peculiaridades de cada sujeito, contribuindo com o acesso e construção dos conhecimentos historicamente sistematizados (Saviani, 2013).

Logo, o Projeto Político Pedagógico deve atender as demandas das crianças, independentemente das suas especificidades, firmando-se em concepções críticas que se relacionam à sociedade em que se encontram, oportunizando uma vivência concreta nos espaços que estão.

Nesse sentido, as concepções segregadoras não apareceriam nos textos desse documento, pois neles estariam anunciados as crianças matriculadas na Educação Infantil, assegurando a efetivação plena da presença desses sujeitos, incluindo-os em todos os espaços escolares.

Isso porque esse conceito traduz o compromisso político, ético e social que as escolas infantis devem ter ao implementar uma educação para todos e uma formação integral, refletindo a equidade que direciona a estrutura do sistema regular de ensino, proporcionando "[...] o acesso dos alunos aos conteúdos escolares como forma de apropriação da cultura e de emancipação humana" (Saviani, 2013, p. 71).

Para concluir, esse instrumento oferece um alicerce para a jordana educacional das crianças com as condições biopsicossociais, cognitivas e corporais fora do padrão social, relembrando que a formação humana é inacabada e contínua. Isso ressalta que desde os primeiros anos de vida a escola infantil impacta a vida dos meninos e meninas com tenra idade, auxiliando-os de forma completa e potente, construindo vínculos consigo e com a coletividade no qual se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que a Educação Infantil é uma das bases para a formação humana e para a inclusão escolar, a qual considera as diferenças e a heterogeneidade corporal, biopsicossocial e cognitiva das crianças, tendo Público da Educação Especial matriculado nas creches e pré-escolas, convocando esses territórios a repensarem suas práticas e materializarem suas intenções educacionais.

Nesse cenário, faz-se necessário a presença de um documento que considere todas as crianças, suas famílias e a comunidade escolar, oferecendo subsídios teóricos e práticos para uma formação transformadora, contribuindo para a constituição de uma educação inclusiva na Educação Infantil a fim de que reconheça e valorize as diferenças humanas.

Constatando tais ponderações o Projeto Político Pedagógico é um trajeto que beneficia as crianças com até os cinco anos que tenham deficiência, Transtorno do Espectro Autista, superdotação e altas habilidades, matriculadas na Educação Infantil, atrelando esse documento às ações pedagógicas, às intenções humanas, autônomas e emancipadoras que se deseja para esses sujeitos.

Conclui-se que o Projeto Político Pedagógico não deve apenas mencionar a Educação Especial, mas incorporar propostas e práticas teóricas que apoiem plenamente o desenvolvimento de todos, removendo as barreiras e garantindo o acesso e a permanência com qualidade nos lócus que contemplam a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso: 07 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf Acesso: 03 jun. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm Acesso: 16 maio 2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília, DF. 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 19 maio 2025.

CORTE, Samuel; ROBAERT, Marilene Gabriel Dalla. O Projeto Político-Pedagógico em sua Construção e Implantação Compartilhada: O Estudo de Caso de uma Comunidade Escolar.. **Regae**: Revista Gestão Avaliação Educacional. Santa Maria, v. 3 n. 6 Jul./dez. 2014 p. 63-82. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/regae/article/download/13757/pdf_1/64302 Acesso: 02 jan. 2025.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de Pesquisa:** Métodos Qualitativos, Quantitativo e Misto. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf Acesso: 27 jun. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2024**. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/publicados-resultados-preliminares-do-censo-escolar-2024 Acesso: 02 jul. 2025.

LIMA, Antonio Bosco de; SILVA, Mariana Batista (Orgs.). **Gestão Escolar Democrática: Teorias e Práticas.** Uberlândia: Navegando, UFU/ PROEXC. 2017.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia Histórico – Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e Desenvolvimento Humano. 2016. In: **Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento Psíquico: Do Nascimento à Velhice.** MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Campinas: Autores Associados, 2020 (Coleção educação contemporânea)

PADILHA, Anna Maria Lunardi; SILVA, Régis Henrique dos Reis. Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Escolar das Pessoas com Deficiência. **Nuances**: Estudos sobre Educação. Presidente Prudente/SP, v. 31. 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8291/pdf Acesso: 15 jun. 2025.

SÃO PAULO, PMSP-SME-DIEE. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade.** Educação Infantil. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em:

https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-infantil/ Acesso: 01 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Infância e Pedagogia Histórico-Crítica. In: GALVÃO, Ana Carolina (Org.), **Infância e Pedagogia Histórico-Crítica**, 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2020. Cap. 10, p. 245-277. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Y_SxXOIEL_uX568ywoW3EScNNHQJHqQN/view Acesso: 10 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil**: História e Teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2013.